



INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA ALÉM DOS PRODUTOS: governança coletiva como meio de valorização das pessoas

*GEOGRAPHICAL INDICATIONS BEYOND PRODUCTS: collective
governance as a means of valuing people*

Natascha Penna dos Santos*
Mirna de Lima Medeiros**
Silvio José de Lima Figueiredo***

Resumo: Indicações geográficas (IG) são signos distintivos aplicáveis a bens e serviços que possuem notoriedade ou características decorrentes de sua origem geográfica. São um ativo para o território, pois ao mesmo tempo que promovem o produto, promovem também a sua origem. No que tange ao turismo, a implantação de uma IG pode gerar múltiplas oportunidades. Assim, objetivou-se analisar como a implementação de uma IG, dependendo de sua governança, pode contribuir para valorização do território, em especial de suas pessoas. Especificamente, enfoca o caso da indicação de procedência da farinha de Bragança no Pará a partir de pesquisa-ação, conectando teoria e empiria para estabelecer contato e compreensão do campo da pesquisa com os principais agentes. Os resultados pautam-se no debate sobre desenvolvimento e destacam a necessidade de interlocução da governança local com os produtores para desenvolvimento de ações relacionadas ao produto em si, bem como ao turismo.

Palavras-chave: Indicação Geográfica. Governança. Turismo. Desenvolvimento Territorial. Amazônia Paraense.

Abstract: Geographical indications (GI) are distinctive signs applicable to goods and services that have notoriety or characteristics arising from their geographical origin. They are an asset for the territory, because at the same time that they promote the product, they also promote its origin. Regarding tourism, the implementation of a GI can generate multiple opportunities. Thus, our objective was to analyze how the implementation of a GI, depending on its governance, can contribute to the valorization of the territory, especially its people. Specifically, it focuses on the case of the indication of provenance of Bragança flour in Pará (Brazil) from action research, connecting theory and empirics to establish contact and understanding of the research field with the main agents. The results are based on the debate on development and highlight the need for dialogue between local governance and producers to develop actions related to the product itself, as well as tourism.

Keywords: Geographical Indication. Governance. Tourism. Territorial Development. Paraense Amazon.

1 Introdução

Indicação Geográfica (IG) é um ativo para o território, sua implantação favorece a resistência e memória de um produto já notório, são anos de dedicação na implantação que deve ser cuidadosa. Vários autores relacionam IG ao desenvolvimento territorial (Anjos; Criado; Caldas, 2013; Bowen, 2010; Carretero-Gómez; Pablo-Valenciano; Velasco-Muñoz, 2018; Cendón; Bruno, 2018; Champredonde; Cosiorovski, 2016; Cruz; Hespagnol, 2018; Medeiros;

* Universidade Federal do Pará. E-mail: nat_penna@yahoo.com.br

** Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: mirnadelimamedeiros@gmail.com

*** Universidade Federal do Pará. E-mail: silviolimafigueiredo@gmail.com



Terra; Passador, 2020), mas para que isso se efetive há condicionantes (Medeiros; Passador, 2022), entre as quais uma das mais mencionadas é a governança. Nesse sentido, discutir essa questão no âmbito brasileiro torna-se importante.

Propõe-se no presente trabalho analisar como a implementação de uma IG, dependendo de sua governança, pode contribuir para valorização do território, em especial de suas pessoas. Isso porque adotar-se-á uma concepção de desenvolvimento territorial centrada nas pessoas, que leva em consideração aspirações, motivações, temores e prescrições culturais dos sujeitos dentro dos contextos que impõem a sociedade local, sendo qualquer atividade (produtiva, social, cultural) parte da dinâmica territorial (Champredonde; Cosiorovski, 2016; Sen, 2008; Silva; Brito; Dantas, 2016).

Opta-se pelo caso da Farinha de Bragança (Pará), que recebeu o registro de indicação de procedência em maio de 2021, após vários anos de mobilização e que deve efetivamente implantar o uso do signo distintivo em 2023. Nesse sentido, destaca-se a atualidade do estudo. Além disso, tem-se a relevância socioeconômica, uma vez que, no caso em questão, a agricultura familiar em primeira instância é a principal impactada. Segundo o IBGE – Censo Agro (2017), existem 3.961 estabelecimentos farinheiros em Bragança. São milhares de produtores e produtoras, número que aumenta quando se juntam os dados dos estabelecimentos na região delimitada (Augusto Corrêa: 3.126, Viseu: 2.727, Tracuateua: 2.767 e Santa Luzia do Pará: 781). Assim, estima-se que existam cerca de 13.362 estabelecimentos envolvidos na produção de farinha.

Ademais, várias atividades econômicas interagem com o tema, pois existe impacto na economia e nas relações sociais locais. A depender da forma de organização, é possível notar avanços das políticas públicas estruturantes até o incremento do turismo. Por isso, faz-se necessário a regulamentação de lei, a previsão orçamentária e o reconhecimento da gestão municipal sobre a necessidade de agir sobre a melhoria da qualidade de vida de uma parcela da população. O processo da IG de Bragança tem quase uma década e houve participação do poder público municipal, e especificamente da Secretaria de Turismo desde o seu início.

À continuidade, discorreremos sobre as IG, especificamente no que tange à importância da governança para o alcance dos resultados positivos almejados. Em seguida, detalhamos as escolhas metodológicas inerentes ao trabalho e os consequentes resultados e discussões. Por fim, são tecidas algumas considerações e apresentadas as referências utilizadas.



2 A importância da governança nas indicações geográficas

No Brasil, para peticionar uma indicação ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pelo reconhecimento, é necessário que haja uma entidade representativa dos produtores que faça o requerimento enquanto substituto processual dos mesmos e apresente, além de seus documentos constitutivos e comprobatórios de legitimidade, comprovante de pagamento das taxas pertinentes, um caderno de especificações técnicas com a descrição do produto ou serviço; delimitação da área geográfica; descrição da estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviço que tenham o direito ao uso da IG; condições e proibições de uso da IG (Brasil, 2022).

Assim, para a institucionalização de uma IG, é necessário organizar a cadeia produtiva e especificar várias questões (Vieira *et al.*, 2016) como: características fundamentais do produto ou serviço, delimitação da área a ser reconhecida, a estrutura de controle e gestão a ser implementada, etc. Essa tarefa não é simples, pois, podem haver diversos interesses, desconfianças e controvérsias dentro da cadeia produtiva e do território. Negociações são necessárias e requerem tempo, o “preço da democracia participativa” (Marie-Vivien *et al.*, 2019).

A força e a coesão que o órgão organizador coletivo exhibe e o grau em que promove a cooperação e a coesão terá impacto direto nos resultados (Bowen, 2010). Uma governança fraca pode levar à ausência de uso de uma IG reconhecida (Belletti; Marescotti; Touzard, 2017). Em muitos casos verifica-se a necessidade de negociação e participação, o que muitas vezes pode requerer aprendizado para superar desconfianças e cooperar para que a IG seja de fato notória, sirva para proteção e promoção (Medeiros; Passador, 2022).

Para que ocorra um efeito sinérgico e se alcance resultados positivos distribuídos dentro do sistema da IG, a estrutura da entidade coletiva e o desenvolvimento de mecanismos de governança adequados podem ser encarados como uma pré-condição (López-Bayón *et al.*, 2018; Zhao; Finlay; Kneafsey, 2014). A sua formatação representa uma questão tanto política quanto ética da cadeia produtiva (Neilson; Wright; Aklimawati, 2018; Norris, 2013). Isso porque neste processo pode-se incluir ou excluir produtores, ideias e atores; pode-se preterir ou antepor formas de produção e insumos a serem utilizados (Bowen, 2010; Neilson; Wright; Aklimawati, 2018). Há, muitas vezes, uma linha tênue entre a construção de mecanismos que



estimulem melhorias e qualidade para fortalecer uma imagem positiva distintiva e a construção de barreiras econômicas, e até físicas, para utilização do signo distintivo (Empereire *et al.*, 2012; Mancini, 2013; Valente; Perez; Fernandes, 2013).

3 Metodologia

Para o alcance do objetivo proposto, a pesquisa exploratório-descritiva, após reflexão teórica, apresenta características de uma pesquisa-ação. Essa “[...] é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação” (Thiollent, 1985, p. 4). Nesse estudo há uma interação com o campo da pesquisa onde são realizadas reuniões, oficinas, e visitas técnicas fazendo a manutenção da governança local. Diante dos estudos de Thiollent (1985), os fundamentos da pesquisa-ação, são teoria a *práxis*, existencialismo, fenomenologia, pragmatismo. O autor sugere evitar o fechamento dogmático, pois acredita que todas essas bases metodológicas são interferências à uma pesquisa-ação.

Os dados foram compilados a partir da análise documental contemplando documentação interna como Dossiê, plano e projetos; e da pesquisa de campo com utilização de formulário aplicado a produtores (127 respostas), entrevistas narrativas (1 produtor de farinha; 1 representante da entidade coletiva local (COOOMAC) responsável pela IG na cooperativa; e 1 membro do Conselho Regulador da IG) e participação em reuniões que trataram do tema, dentre outras formas de observação. A análise do conteúdo obtido foi qualitativa e as categorias foram definidas *a posteriori* a partir do que emergiu dos dados. Em seguida confrontou-se os resultados com o referencial teórico pertinente.

Este trabalho ressalta a importância do campo como encontro com o outro, descreve uma pesquisa de campo como experiência onde toda vez que chegamos perto do objeto podemos perceber os elementos do cotidiano que transmitem a realidade da vivência como fonte de sobrevivência em primeiro plano, mas também como função de guardião da cultura e tradição que fazem do homem um expectador da natureza e um educador de tarefas, apresentando aspectos de caráter social que caracterizam o território. No primeiro contato a estranheza e a timidez imperam até que as partes levam suas apresentações ao detalhe e podem



aos poucos abrir os caminhos para uma caminhada de entrega e descrições. Meses se passam e as visitas vão se acentuando levantando questões e buscando respostas para a pesquisa.

A prática do campo foi construída com foco no “olhar”, “ouvir” e “escrever”, como propõe os estudos da teoria antropológica (Oliveira, 1996). Apesar de não ser considerada uma etnografia, este trabalho utilizou técnicas da pesquisa etnográfica com diário de campo, câmera filmadora e/ ou fotográfica e muito exercício da escuta buscando sempre uma observação participante e com possibilidade de interação com o entrevistado. Geertz (1989) analisa, “[...] na antropologia social, o que os praticantes fazem é etnografia. Praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. A contribuição do autor está na avaliação da teoria e dos “métodos” de trabalho de campo, como reflexão sobre os ensaios entre um levantamento etnográfico e sua relação com os estudos culturais.

4 Resultados e discussões

A presente seção destaca alguns fatos e momentos importantes no processo de reconhecimento e implementação de uma IG para que ela de fato gere desenvolvimento territorial e seja importante não apenas para a comercialização do produto, mas também (e principalmente) para a valorização das pessoas.

As atividades anteriores à solicitação de uma IG variam de país para país, assim como o órgão ao qual essa solicitação é dirigida e os requisitos, e também dependem do tipo de IG que está sendo solicitada (Bowen, 2010; Ruzakova; Grin, 2018; Valente; Perez; Fernandes, 2013). No entanto, em termos gerais, é necessário organizar os atores da região (formalmente, em uma entidade coletiva ou de outra forma) para realizar as etapas de comprovação da reputação e/ou da relação entre o produto e o ambiente geográfico, elaboração das regras de produção e delineamento da área (Quiñones-Ruiz *et al.*, 2016; Valente; Perez; Fernandes, 2013). Depois do depósito do pedido com a documentação apensada, o trabalho não se finda. Pelo contrário, são necessária diversas ações como: articulação do Conselho regulador, instância a quem compete a gestão, manutenção e a preservação da IG (Jenoveva-Neto *et al.*, 2016); a implementação e monitoramento do regulamento, que algumas vezes requer aderência aos padrões de qualidade e adequações na estrutura produtiva; e utilização efetiva da IG com

estratégias de *branding*, divulgação e vigilância do mercado com relação a qualquer violação relacionada aos produtos com IG (Raju; Tiwari, 2015).

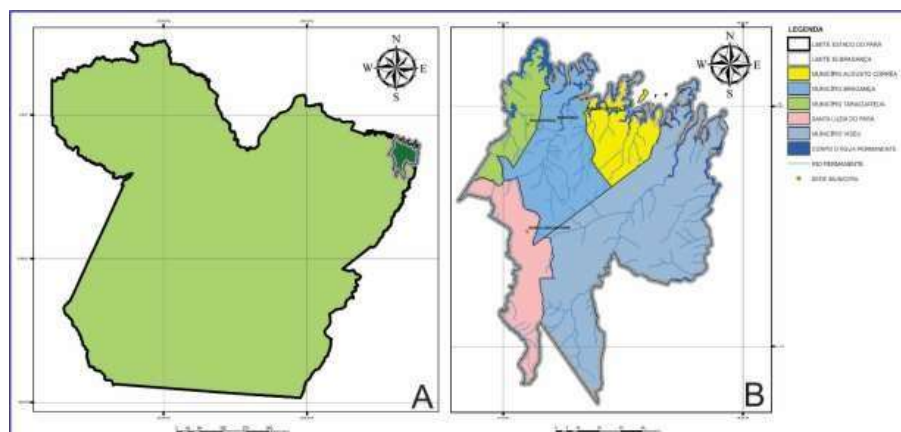
Nesse sentido, suas duas primeiras subseções apresentam marcos de negociação e decisão coletiva na região: a definição da área e nome geográfico, bem como mobilização dos produtores inseridos na área delimitada. Uma das questões mais delicadas é delimitação da área geográfica para reconhecimento da IG, já apontada como decisiva para inclusão ou exclusão de pessoas (Cendón; Bruno, 2018; Barham, 2003). Além disso, o sucesso de uma IG como propulsora de desenvolvimento é frequentemente associado ao conteúdo das especificações dispostas no regulamento de uso (Mancini, 2013) que requer decisões coletivas e engajamento, até para sua efetivação após o reconhecimento (Cruz; Hespanhol, 2018; Marie-Vivien *et al.*, 2019).

Já nas duas últimas subseções enfoca-se a importância dos sujeitos, de sua memória individual e coletiva, bem como das parcerias, especialmente para engajamento e articulação de ações como, por exemplo, para oferta turística.

4.1 O processo de delimitação da Área Geográfica

Ressalta-se a delimitação geográfica da IG da Farinha de Bragança como um ponto de interesse para o debate sobre governança, pois são cinco municípios que estão ligados há séculos dependendo da logística, acesso e infraestrutura uns dos outros (Figura 1).

Figura 1 – Delimitação da Indicação de Procedência Farinha de Bragança



Fonte: Dossiê IG farinha de Bragança (COOMAC, 2018).



Para a agricultura familiar essa ligação também se impõe. Tanto para compra de insumos, transporte, comercialização e apoio técnico a região é tratada de forma unificada, contudo na escuta e presença em reuniões foi possível notar o descontentamento de alguns atores, principalmente, ligados às gestões públicas municipais se referindo ao projeto como exclusivo de Bragança devido a IG dar ênfase ao nome do município. Sendo assim importante questionar, será que o nome da IG é um elemento agregador e a favor da governança local, ou é um elemento que precisa de mais esclarecimento para ressaltar a notoriedade do produto que possibilitou a IG?

No caso em questão foi necessário avançar os estudos e elaborar o dossiê com a anuência dos produtores, que no fundo são os grandes beneficiários do “selo”. Esses compreenderam (em sua maioria) que o nome já era notório, e que alguns inclusive vendiam o produto usando o nome de farinha de Bragança para conseguir melhores preços nas feiras livres e negociações com revendedores.

Uma vez definida a área e nome geográfico, outros desafios se iniciaram.

4.2 O Ciclo de desafios

A primeira tarefa do grupo de trabalho para entender o tamanho da cadeia produtiva da mandioca no município de Bragança, foi levantar dados, analisar e nortear os próximos passos. Um primeiro impacto foi perceber que os dados existentes não correspondiam com a realidade, era preciso aprofundar em uma pesquisa de campo para entender o tamanho do universo que seria trabalhado. Quantos produtores? Quantas Casas de Farinha? Em que condições produziam? Como era feita a comercialização? Qual a produção mensal por tonelada? Essas e outras informações eram relevantes para que as estratégias fossem tomadas.

Nesse momento o grupo elaborou um questionário e foi a campo, foram 127 sujeitos, em mais de quinze comunidades. Essa etapa da pesquisa procurou avaliar o cotidiano e produção e também serviu para já fazermos uma primeira sondagem sobre a IG e a opinião dos agricultores sobre o processo de reconhecimento. Nesse momento foi possível perceber que a grande maioria respondeu em apoio, como segue algumas respostas: “*vai agregar valor, vai garantir a originalidade do produto*” (Entrevistado 1); “*É importante obter a certificação do produto*”, (Entrevistado 3) “*excelente para o agricultor familiar*” (Entrevistado 2);

“importante para valorização da agricultura familiar” (Entrevistado 4), “agregar valor ao produto a ser comercializado” (Entrevistado 5). Nesse mesmo exercício de aplicação do questionário foi possível perceber várias questões relevantes ao processo também, por exemplo, no processo de colocar a mandioca de molho no igarapé¹ o que é uma prática secular dos agricultores, que gera um problema ambiental sério pela emissão de resíduo e contaminação dos efluentes. Então diante desse primeiro estudo, foi possível entender quais os principais desafios no que diz respeito a essa cadeia produtiva da mandioca.

A cada encontro o grupo de trabalho foi se fortalecendo e aprendendo mais sobre IG e algumas demandas da agricultura familiar foram sendo priorizadas para receber apoio das instituições parceiras. A etapa seguinte foi levantar dentre as entidades de representatividade dos agricultores quem estaria interessada em ser a proponente do pedido de IG da farinha de Bragança. Houve uma votação em reunião ampla com a presença de agricultores e foi votada a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) (Figura 2).

Figura 2 – Comissão do Grupo de Trabalho: representantes da COOMAC, produtores, técnicos da EMATER Bragança e da Prefeitura Municipal de Bragança, em seminário sobre IG no evento Ver-o-Peso da cozinha paraense em Belém



Foto: Natascha Penna (2018).

¹ Segundo glossário do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), “um igarapé é um curso d’água amazônico de primeira ou em terceira ordem, constituído por um braço longo de rio ou canal. Existe em pequeno número na bacia amazônica, caracterizados por pouca profundidade e por correrem quase no interior da mata”.



Daí por diante era preciso a dedicação do grupo, em fazer formações, participar de eventos e checar se o caminho da IG da farinha era de fato viável. A cada reunião e debate o grupo estava mais certo que a farinha de Bragança tinha potencial para a IG, e era preciso superar os desafios que estavam por vir pois seria necessário investimento financeiro e apoio técnico especializado para elaborar os estudos e atender os critérios do registro junto ao INPI.

Nota-se que algumas IG têm foco no mercado, ou seja, são tratadas com exigência de qualidade de um produto que vincula a notoriedade e a origem à melhores produtos, aliados à outros selos como o de produtos orgânicos adquire uma preferência diferenciada e chegam à mesa do consumidor como artigo diferente ou “gourmetizado”. No caso em questão teve-se a preocupação de não seguir esse caminho. Desde o início teve-se como mote a condução de um processo de longo prazo privilegiando a escuta, como parâmetro metodológico ou manutenção da ordem para que se consiga o resultado. Mas no caso da IG, qual o resultado? O dossiê apresenta o que? O potencial de um produto e sua certificação? Para quem? Qual o objetivo subjetivo?

Ao que parece a IG é vista como benefício econômico para os homens e mulheres do campo, envolvidos com essa prática secular que vem sendo observada não apenas por sua aparente funcionalidade de alimentar as pessoas, mas de carregar significado histórico e cultural, que faz necessário um descortinamento dessa população invisível. A farinha não se faz sozinha. Por trás do produto existem pessoas. Quem são esses homens e mulheres? Quais as necessidades? De onde vem essa tradição? Houve algum avanço tecnológico na produção?

4.3 Os sujeitos e a memória coletiva

A história e memória estão presentes nas narrativas de produtores que descreem sua relação com a produção e o aprendizado *“a nossa farinha quando começou que isso vem dos meus avô, bisavô... Eu me sinto feliz por Deus ter me dado esse tanto de tempo de vida. Tenho Disposição para trabalhar, me sinto muito grato por vocês estarem aqui comigo hoje, com meu conhecimento, com esse trabalho... Eu não teve mestre [...]”*. Quando recorda que aprendeu com os familiares mais antigos, Seu Bené faz referência a uma memória de muito tempo que conta sua própria história entremeada com a cultura de “empaneirar”, que ficou como relíquia da cidade: as recorrências a uma coletividade, em seu discurso, no uso de termos como “nossa”,



“avô”, “bisavô”, atestam essa preocupação com uma memória mais coletiva. Em suas mãos carrega uma tradição que está na lembrança de muitos que consumiam a farinha de mandioca dessa forma para garantir a qualidade do sabor por mais tempo.

A narrativa é um jogo de dois tempos. O passado: “[...] *Eu comecei... Eu não tive pai, me criei com minha mãe, quando eu tinha 12 anos já era o dono da casa, já era o chefe da casa, minha mãe disse [...]*”; e o presente: “*hoje nos paga para empaneirar, esse dinheiro que a gente paga hoje para alguém, serve pra gente pagar um sal, açúcar por isso você vai aprender a fazer o paneyro*”. No discurso, fica impresso que seu “fazer” é resultante da colaboração dos tempos.

A memória individual seria uma condição necessária e suficiente para a recordação e o reconhecimento da lembrança. Para Lagrou (2007), o papel de conservação da memória da humanidade não é uma simples tarefa de registro e que parte da ideia de que nada deve se perder ou ser esquecido, que a memória seria um dever. Por sua própria alteridade, o estudo do passado constitui uma questão do presente. Oferecendo leituras alternativas, o historiador tem um papel crítico face ao presente.

A intervenção do passado do Seu Bené, no presente da farinha da Farinha de Bragança, é um registro de uma prática cultural carregada de padrões e formas antigas e que se tornou admirada pelo mercado consumidor atualmente, que prestigia a relação entre tradição e modernidade que possa ter entre o “velho” Seu Bené fazendo a “nova” farinha de Bragança, que passa por um processo de adequação a esses novos modelos de comercialização e padronização a partir do avanço dos estudos sobre plantio e certificação.

Paul Ricoeur (2007) faz um jogo para aguçar a discussão sobre a memória, diz que memória é do passado, memória seria um conjunto de lembranças, a recordação bem-sucedida é uma das figuras que daquilo a que chamaremos de memória feliz. Podemos exemplificar com uma fala do Seu Bené que diz, “*depois de fazer muita coisa, eu não tinha estudo e teve que sustentar os irmãos.... É muito gratificante uma história dessa como a minha eu me sinto muito grato*”.

Outro fator relevante é a questão espacial, onde os espaços de memória são lugares habitados por excelência memoráveis e fazem referência a um convívio social. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com



outros ambientes. É preciso pensar que a sociedade e sua memória coletiva é composta por diversos grupos que constroem suas relações entre si e que por sua vez são provenientes de espaços de convívio e aceitação de formas individuais quando a perspectiva de análise é individual pode-se perceber o quanto a história de vida, os símbolos e signos deste pode influenciar o ambiente externo e vice-versa, a mudança provocada pelas questões exteriores também influenciam a microestrutura.

Infere-se que várias atividades econômicas interagem com o tema da IG, pois existe impacto na economia, nas relações sociais locais, dependendo da forma de organização é possível notar avanços nas políticas públicas estruturais, no caso da farinha de Bragança a agricultura familiar em primeira instância é a principal impactada e por isso precisa de regulamentação de lei, previsão orçamentária, reconhecimento a gestão municipal sobre a necessidade de agir sobre a melhoria de uma parcela da população que descreve que só no município de Bragança são milhares de produtores e produtoras.

4.4 Parcerias

Juntar gente é fundamental, mas mantê-las juntas e motivadas é um grande desafio na construção de um processo como da IG, pois não se trata da conquista imediata de um papel timbrado para colocar na parede como um quadro sem valor. “Coordenar um grande número de partes interessadas e concordar com o plano de ação é um processo complexo” (Chabrol; Mariani; Sautier, 2017, p. 73). A IG é, sobretudo, um longo processo de amadurecimento de uma gestão de grupo em prol de uma determinada comunidade e sua identidade e reconhecimento.

No caso da IG da farinha de Bragança, as parcerias tem sido o maior ganho até o presente (Figura 3), são mais de oito anos entre a primeira reunião e o depósito do dossiê no INPI que se deu em 2019.

Figura 3 – Reunião do grupo de trabalho com representantes de instituições e outros municípios como a cooperativa de viseu e secretaria municipal de agricultura de Augusto Correa, além de técnicos da Emater, Sebrae , Coomac e Fetagri.



Foto: Karine Sarraf (2018).

O passado recente mostrou que a resistência existe e não são todos que colocam o coração no processo. A ligação com o território, o dia a dia com o agricultor, o conhecimento sobre as mazelas são critérios de motivação e permanência das parcerias. O presente mostra que se trata de uma rede de pessoas e/ou instituições que contribuem com o processo de acordo com suas possibilidades, e vão adquirindo experiência e tomando decisões sob um olhar cada mais atencioso nas demandas dos agricultores. Para o futuro a esperança é que IG será uma grande oportunidade de dar ainda mais visibilidade a farinha de Bragança a partir da utilização do selo (Figura 4), riqueza cultural que essa prática difunde a vida do agricultor familiar nessa parte da Amazônia brasileira que vive em meio a tantos desafios e da notoriedade a produtos tão valiosos como a farinha de mandioca.

Figura 4 – Sinal distintivo da IP Farinha de Bragança



Fonte: Dossiê da IP Farinha de Bragança (COOMAC, 2018).

Com a observação desses mais de 10 anos, muitas realidades se expõem. Além do envolvimento de produtores, se estabelecem novas relações institucionais, que atribuem agora o prêmio como sendo de sua autoria. Quer dizer, depois de anos de pesquisa e dedicação por parte de diversos atores que se comprometeram com “a causa” e necessidade para a conquista da IP Farinha de Bragança, muitos surgem afirmando participação no processo para afirmar seus interesses político e econômicos.

As comunidades precisam do protagonismo, é o que se diz, para que consigam definir seus objetivos. Qualificação, transformação da produção, novos insumos, mas e qual o limite para tudo se manter como uma IG? O debate é contínuo, a IG traz à tona temas que já deviam ser tratados como prioridade. Por exemplo, só depois da IG da farinha se tem uma regulamentação do estado do Pará para casas de farinha.

As discussões se apresentam fundamentalmente, no debate sobre os rumos da governança local, e os modelos de desenvolvimento viáveis para atender as demandas dos produtores. Apesar de ter sido tratado de forma ampla e participativa, o pós-IG, está exigindo novas pesquisas e monitoramento dos processos com foco em buscar respostas para muitas perguntas como: Desenvolvimento para quem? Como será construído? Quando? Por que? Como planejar esse desenvolvimento? Quem participa? Como se estabelece a transição do debate para a mudança social? É possível descrever os passos? Quais as etapas? Monitoramento e indicadores dessa mudança? É possível dizer que daqui há 10 anos os produtores e produtoras de farinha de Bragança terão uma nova realidade?



O desenvolvimento endógeno ocorre em uma sociedade organizada, cujas formas de organização e cultura condicionam os processos de mudança estrutural e que por sua vez, respondem às condições do processo de desenvolvimento. É por tal que os estudos realizados sobre os sistemas produtivos locais atribuem um valor estratégico ao componente sócio - cultural do desenvolvimento endógeno (Barquero, 1988).

O desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural a que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Quando uma cidade ou região busca definir uma estratégia de desenvolvimento econômico local (a IG é essa estratégia, não é um projeto, é uma estratégia dentro de várias possibilidades, assim como o turismo) um de seus elementos centrais consiste em construir ou fortalecer a capacidade organizacional de seus agentes econômico e de suas instituições, de forma a melhor produzir e a concorrer nos mercados

A política de desenvolvimento local surgiu de forma espontânea como resposta das comunidades locais aos desafios do arranjo produtivo. Caracteriza-se por partir de uma visão estratégica do desenvolvimento econômico, o que dá aos atores locais a capacidade de influenciar o processo de reestruturação produtiva e, portanto, de melhorar o nível de emprego e o bem-estar da população local.

A turismo é também estratégia de desenvolvimento para o território e encontra na IG um posicionamento de favorecimento devido fatores diversos, como um território propício a organização, a cultura impulsionando a autoestima da população. O desenvolvimento só será percebido através de indicadores econômicos e sociais que descrevam como está a qualidade de vida das pessoas, o protagonismo nos processos e tomada de decisão, melhorias estruturais de logística e acesso, qualidade da informação nas escolas além de um trabalho de promoção dos produtos turísticos e afins que irão descrever a médio e longo prazo os benefícios do turismo para a região.



5 Considerações finais

Não existe IG sem coletivo. É preciso construí-la sob uma base de discussão pois é um projeto que só tem início claro, para cada etapa existe uma nova dinâmica, onde novos atores vão interagindo e condicionando o processo à novos estímulos e reações, como um elemento vivo, os atores vão absorvendo a importância e forma e seguem buscando melhorias ao processo. No caso em questão aponta-se que o processo foi relativamente lento, mas tal fato não deve ser encarado como um fator negativo. Pelo contrário, os entrevistados apontam que ouvir as partes envolvidas e deliberar em conjunto é um dos grandes diferenciais da IP Bragança. Segundo o representante da COOMAC, “Tudo é feito com conversas com os agricultores [...] junta várias opiniões para formar apenas uma”. Essa fala é complementada pelo membro do conselho que destaca “O que parece morosidade é amadurecimento, é compreensão sobre o processo”. Aponta que o tempo foi, e é, fundamental para o aprendizado sobre “como fazer”, para “falar com a população de modo geral sobre o que é IG, promover a farinha de Bragança, etc.”.

Para que a IG de fato conduza ao desenvolvimento, no sentido amplo e multidimensional, não apenas a governança desse território deve ser trabalhada, mas também. Valorizar pessoas e suas histórias a partir de um produto com IG, para além de gerar sentimento de pertencimento e fortalecimento de uma identidade, pode contribuir ao incremento de novas atividades. Nesse cenário o setor de Turismo se beneficia seja a partir da pluriatividade no campo com a visitação no local de produção, seja pela instalação de novos equipamentos para escoamento, negociação e consumo da produção ou eventos enaltecendo o mesmo. Estudos futuros podem investigar de forma mais aprofundada os efeitos do reconhecimento da IG Bragança nas atividades turísticas, empregos e renda no setor. Além disso, as ações “pós-IG” devem ser avaliadas e discutidas em seus mais diversos aspectos.

A região de Bragança conta com potencial turístico decorrente de recursos naturais e culturais e já conta com referido destaque no turismo comprovada pelo fluxo de visitantes. A região nordeste do Pará pode com a IG avançar para a elaboração de políticas públicas incentivando que sejam descritos investimentos e melhorias através de ferramentas como Plano diretor, Plano plurianual, Plano municipal de turismo que devem associar seus objetivos para qualificar o turismo da região.



No reconhecimento de IG da Farinha de Bragança como um modelo de salvaguarda do saber fazer de um produto, nos deparamos com a riqueza de um produto que poderia ser entendido apenas como artigo de subsistência de um grande número de pessoas, e passamos a olhar para várias questões, por exemplo, novas realidades ambientais será que ainda se deve colocar mandioca para amolecer nas águas dos igarapés? Será que a quantidade de madeira que se usa como lenha para as casas de forno, é suficiente para mais 5 anos de produção? Qual a capacidade de inclusão de novas tecnologias aos sistemas de plantio da maniva e fabricação da farinha? Quais as mudanças que o mercado trouxe para o produto: embalagem, preço, exposição na mídia?

Essas e outras questões na análise da presença ou ausência do turismo no processo são necessárias para a garantia de sobrevivência do produto farinha. O tema IG é transversal, reporta a pesquisa para dar conta de inúmeros dados sobre como os planos, programas e projetos do turismo nos cinco municípios estão dialogando com o tema do turismo, como a atividade está interpretando a IG como uma alternativa para o desenvolvimento territorial da região.

O turismo, para ratificar opera com o modelo capitalista, contudo vale atenção para a intolerância do setor às práticas predatórias, não se admite mais uma localidade com potencial para o turismo não questionar sua exploração em termos sociais, ambientais, culturais e/ou econômicos, ou seja, não se pode trabalhar com uma única dimensão. O turismo só será “bem desenvolvido” em um determinado lugar, se a renda for melhor distribuída, se houver mitigação dos impactos ambientais, etc. Aqui pode estar uma atitude decolonial, onde não se tolera a intervenção ou dominação do centro em relação a periferia, dos países desenvolvidos em relação aos que se encontram em processo de desenvolvimento.

Acredita-se que o turismo caminha para sua “autonomia geográfica”, podemos dizer que o turismo hoje entende que o mais especial em uma experiência de viagem é ser autêntico, o que uma grande parcela dos turistas quer são contatos únicos com o território e tudo que ele pode proporcionar, sem seguir modelos pré-estabelecidos por visões eurocentristas. Se quisermos fazer um paralelo, com esse momento de crise mundial para o setor onde a pandemia da Covid-19, paralisou o setor como nunca se viu; à medida que as autorizações sanitárias foram sendo permitidas as viagens no entorno foram sendo valorizadas, e o que se viu foi um reconhecimento de atrativos culturais e naturais em uma proximidade do



ambiente de morada que ganhou repercussão e admiração despertando para um mercado mais responsável em termos de análise da cadeia produtiva do turismo.

O debate sobre o turismo cabe como reflexão de uma atividade econômica em primeira instância mas, que precisa levar em consideração as características locais para ter seu desenvolvimento de maneira participativa, onde se nota a necessidade de que a comunidade seja consultada em todos os âmbitos e fases do planejamento, sendo assim temos uma atividade com focos de sustentabilidade e valorização dos aspectos locais, fazendo com que o mercado reconheça criatividade e originalidade no produto turístico, respeite as regras do destino e possa interagir de maneira mais harmônica, amenizando impactos.

Referências Bibliográficas

ANJOS, F. S. D.; CRIADO, E. A.; CALDAS, N. V. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: Um diálogo entre a realidade europeia e Brasileira. **Dados**, [S. l.], v. 56, n. 1, p. 207-236, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0011-52582013000100009>.

BARHAM, E. Translating terroir: the global challenge of French AOC labeling. **Journal of Rural Studies**, v.19, n.1, p.127–138, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00052-9](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00052-9).

BARQUERO, A. V. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Madri: Pirámide, 1988.

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A.; TOUZARD, J. M. Indicações geográficas, bens públicos e desenvolvimento sustentável: os papéis das estratégias dos atores e das políticas públicas. **Desenvolvimento Mundial**, [S. l.], v. 98, p. 45–57, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.004>.

BOWEN, S. Embedding local places in global spaces: Geographical indications as a territorial development strategy. **Rural Sociology**, [S. l.], v. 75, n. 2, p. 209–243, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1549-0831.2009.00007>.

BRASIL. **Portaria INPI nº 04, de 12 de janeiro de 2022**. Estabelece as Condições Para o Registro Das Indicações Geográficas, Dispõe Sobre a Recepção e o Processamento de Pedidos e Petições e Sobre o Manual de Indicações Geográfica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2022. Disponível em: <https://inpi.justica.gov.pt/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CARRETERO-GÓMEZ, A.; PABLO-VALENCIANO, J. D.; VELASCO-MUÑOZ, J. F. Recursos endógenos mineros y desarrollo territorial. El caso de la comarca del Mármol (Almería, España). **Revista de Estudios Regionales**, [S. l.], n. 111, p. 51-75, 2018.



CENDÓN, M.; BRUNO, M. Indicaciones Geográficas en Argentina: aportes metodológicos para el estudio de sus potencialidades y limitantes. **RIVAR**, v. 5, n. 14, p. 106-127, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/rivar/article/view/3258>. Acesso em: 12 jul. 2022.

CHABROL, D.; MARIANI, M.; SAUTIER, D. Establishing Geographical Indications without State Involvement? Learning from Case Studies in Central and West Africa. **World Development**, [S. l.], v. 98, p. 68-81, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.023>.

CHAMPREDONDE, M.; COSIOROVSKI, J. G. ¿Agregado de Valor o Valorización? Reflexiones a partir de denominaciones de origen en América Latina. **RIVAR**, [S. l.], v. 3, n. 9, p. 139-163, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=469546924008>. Acesso em: 20 jun. 2022.

COOMAC. **Dossiê histórico e cultural da produção da indicação de procedência “Bragança” para a farinha de mandioca**. Pará: Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés – COOMAC, 2018.

CRUZ, B. E. V.; HESPANHOL, R. A. M. Indicação geográfica e queijos artesanais: marco legal e desafios a uma política para este segmento no Brasil. **Confins-Revue Franco-Brésilienne de Géographie**, Confins, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.1522>.

EMPERAIRE, L.; ELOY, L.; DA CUNHA, M. C.; VAN VELTHEM, L. H.; SANTILLI, J.; KATZ, E.; RIZZI, R.; SILVEIRA, J. S. D'une production localisée à une indication géographique en Amazonie: les enjeux écologiques de la production de farinha de Cruzeiro do Sul. **Cah Agric**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 25-33, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1684/agr.2012.0537>.

GEERTZ, C. Descrição densa, por uma teoria Interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. A **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

IBGE. **Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 Ago. 2022.

JENOVEVA-NETO, R.; FREIRE, P. DE S.; PINTO VIEIRA, A. C.; ZILLI, J. C. (2016). Vales da uva goethe: uma análise do processo de institucionalização da indicação geográfica para o desenvolvimento socioeconômico. **Geintec**, v.6, n.1, p.2894–2908, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7198/S2237-0722201600010013>.

LAGROU, E. **A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2007.

LÓPEZ-BAYÓN, S.; GONZÁLEZ-DÍAZ, M.; SOLÍS-RODRÍGUEZ, V.; FERNÁNDEZ-BARCALA, M. Governance decisions in the supply chain and quality performance: The synergistic effect of geographical indications and ownership structure. **International Journal**



of **Production Economics**, [S. l.], v. 197, n. 12, p. 1-12, 2018. DOI:
<https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2017.12.022>.

MANCINI, M. C. Geographical Indications in Latin America Value Chains: a “branding from below” strategy or a mechanism excluding the poorest? **Journal of Rural Studies**, [S. l.], v. 32, p. 295-306, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2013.07.008>.

MARIE-VIVIEN, D.; CARIMENTRAND, A.; FOURNIER, S.; CERDAN, C.; SAUTIER, D. Controversies around geographical indications: Are democracy and representativeness the solution? **British Food Journal**, [S. l.], v. 121, n. 12, p. 2995-3010, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/BFJ-04-2019-0242>.

MEDEIROS, M. D. L.; PASSADOR, J. L. Examining the development attributed to geographical indications. **Journal of World Intellectual Property**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 86-105, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/jwip.12208>.

MEDEIROS, M. D. L.; TERRA, L. A. A.; PASSADOR, J. L. Geographical indications and territorial development: a soft-system methodology analysis of the Serro Case. **Systems Research and Behavioral Science**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 82-96, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/sres.2601>.

NEILSON, J.; WRIGHT, J.; AKLIMAWATI, L. Geographical indications and value capture in the Indonesia coffee sector. **Journal of Rural Studies**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 35-48, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.01.003>.

NORRIS, L. Aesthetics and ethics: Upgrading textile production in northern Kerala. **Geoforum**, [S. l.], v. 50, p. 221-231, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.09.006>.

OLIVEIRA, R. C. D. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41616179>. Acesso em: 24 maio 2022.

QUIÑONES-RUIZ, X. F.; PENKER, M.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A.; SCARAMUZZI, S.; BARZINI, E.; PIRCHER, M.; LEITGEB, F.; SAMPER-GARTNER, L. F. Insights into the black box of collective efforts for the registration of Geographical Indications. **Land Use Policy**, v.57, 103–116, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2016.05.021>

RAJU, K. D.; TIWARI, S. The management of geographical indications: post registration challenges and opportunities. **Decision**, v.42, n.3, p.293–306, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40622-015-0084-2>

RICCEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.



RUZAKOVA, O. A.; GRIN, E. S. Legal Regulation of Relationships Pertaining To Geographical Indications. **Perm University Herald Juridical Sciences**, n.42, p.685–699, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17072/1995-4190-2018-42-685-699>

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, C. K. V.; BRITO, L. M.; DANTAS, T. K. S. A indicação geográfica como promotora do desenvolvimento local e regional: o caso (em potencial) do bordado do Seridó. **Geintec**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 2982-2990, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7198/s2318-3403201500030051>.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; FERNANDES, L. R. R. M. V. O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: Regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. **Ciência Rural**, [S. l.], v. 43, n. 7, p. 1330-1336, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782013005000076>.

VIEIRA, A. C. P.; JENOVEVA NETO, R.; FREIRE, P. S.; ZILLI, J. C. Vales da Uva Goethe: uma análise do processo de institucionalização da indicação geográfica para o desenvolvimento socioeconômico. **Revista Gestão Inovação e Tecnologias**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 2894-2908, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7198/s2237-0722201600010013>.

ZHAO, X.; FINLAY, D.; KNEAFSEY, M. The effectiveness of contemporary Geographical Indications (GIs) schemes in enhancing the quality of Chinese agrifoods - Experiences from the field. **Journal of Rural Studies**, [S. l.], v. 36, p. 77-86, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.06.012>.